

## 11 de Setembro – O que a filosofia tem a dizer sobre isto?

A compreensão dos acontecimentos de 11 de setembro é dificultada pelo fato de os conceitos de que dispomos, que eram válidos na situação mundial de há quinze anos atrás, mostrarem-se ultrapassados. Este sentimento de desamparo das referências conceituais é partilhado por vários comentaristas. Certamente, isto tem a ver com o ineditismo da situação. Também há quem prefira lançar mão de conceitos tradicionais ou quem considere, simplesmente, que os acontecimentos estão tão distantes que não nos concernem. Nestes casos, o empreendimento compreensivo é frustrado.

No meu caso – mas isso deve ter ocorrido de forma parecida com muita gente – recorri à bibliografia de Hannah Arendt com a qual tenho contato há alguns anos. Do ponto de vista do conteúdo, as análises de Hannah Arendt como as de *Sobre a Violência*, um livro que toca de perto o tema da guerra, perderam em muito a pertinência para o momento atual. Seus comentários dizem respeito ao contexto da guerra fria, isto é, à situação mundial de antes da queda do muro de Berlim. É verdade que ainda encontramos passagens muito sugestivas e quase proféticas da situação por que passam os EUA, como esta que afirma que “a soma de violência à disposição de qualquer país pode rapidamente deixar de ser uma indicação confiável do vigor do país, ou uma garantia segura contra a sua destruição por um poder substancialmente menor e mais fraco.”<sup>2</sup> Ou ainda esta outra que comenta o mesmo ponto, o qual “apresenta uma sinistra similaridade para com um dos mais antigos *insights* da ciência política, isto é, o de que o

---

1 Professor do Depto. de Filosofia da PUC-Rio.

2 *Sobre a Violência*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, p. 18.

poder não pode ser medido em termos de riqueza, que uma abundância de riqueza pode erodir o poder, que a prosperidade é particularmente perigosa para o poder e o bem-estar das repúblicas – um *insight* que não perde sua validade apenas porque foi esquecido, especialmente num tempo em que sua verdade adquiriu uma nova dimensão de validade ao tornar-se aplicável ao arsenal de violência.”<sup>3</sup>

Se é verdade que a obra de Hannah Arendt parece muito datada do ponto de vista dos temas abordados, o mesmo não se pode dizer da postura geral adotada para tratar deles, das inúmeras reflexões que traz sobre a própria definição do empreendimento compreensivo, inclusive quando menciona as dificuldades enfrentadas hoje, quando já se experimentou o esgotamento da nossa tradição de pensamento. É conhecida a expressão utilizada por Hannah Arendt para dar conta da experiência do pensamento na contemporaneidade, isto é, ao fim da tradição – estamos obrigados ao “thinking without banister”, o pensamento sem corrimão. Daí que este é, certamente, um empreendimento difícil, sobretudo quando se sabe que os conceitos tradicionais persistem mesmo quando já terminou a tradição. Em *Entre o Passado e o Futuro*, talvez seu livro mais atual, a autora aponta para o fato de que “o fim de uma tradição não significa necessariamente que os conceitos tradicionais tenham perdido seu poder sobre as mentes dos homens. Pelo contrário, às vezes parece que esse poder das noções e categorias cediças e puídas torna-se mais tirânico à medida que a tradição perde sua força viva e se distancia a memória de seu início; ela pode mesmo revelar toda sua força coerciva somente depois de vindo seu fim, quando os homens nem mesmo se rebelam mais contra ela.”<sup>4</sup> A isto se acresce uma tendência natural para se dar conta do que é novo referindo-o ao já conhecido. Arendt comenta, a este respeito, uma passagem de Nietzsche que observava que “é da alçada do desenvolvimento da ciência dissolver o “conhecido” no desconhecido – mas a ciência quer fazer justo o oposto e inspira-se no instinto de reduzir o desconhecido a algo que é conhecido”.<sup>5</sup>

Neste contexto arriscado e cheio de insegurança apresento as seguintes considerações.

3 *Idem*, p.18.

4 *Entre o Passado e o Futuro*, São Paulo, Perspectiva, p.53.

5 “Compreensão e Política”, *A Dignidade da Política*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, p.44.

1.

O cenário mundial que estamos presenciando, isto é, o cenário da guerra, pode ser considerado a partir de duas perspectivas. Alguns comentaristas têm chamado a atenção para o fato de que se trata de uma nova forma de guerra. Como caracterizar esta novidade? Um primeiro aspecto que chama a atenção é o fato de que a guerra atual não é regida pelos critérios espaciais tradicionais que foram determinantes até recentemente. Isto aparece na dificuldade em identificar quem atacou, de onde veio o ataque e, portanto, na impossibilidade de estabelecer alvos com contornos definidos. Pelo que se pode depreender do noticiário, a organização, ou as organizações, responsáveis pelos atentados não estão sediadas em um território específico. Ao invés disso, encontram-se espalhadas por vários países. Seus membros utilizam os recursos da internet para se comunicarem e telefones celulares que são descartados após o uso. Alguns comentaristas (Hobsbawn, Tournaine) chamaram a atenção para o paralelismo entre o modo de funcionamento dessas organizações terroristas e o das grandes empresas globalizadas. Esta seria, para eles, a primeira guerra do período da globalização.

De fato, trata-se de uma situação inédita. A percepção do ineditismo é ainda mais aguçada quando se contrasta a nova situação com a que a precedeu – o período da guerra fria anterior à queda do muro de Berlim. O problema da guerra se colocava, até o final da penúltima década do século XX, de uma forma que obedecia a critérios espaciais. Tratava-se da oposição de dois blocos nitidamente definidos e cada conflito que acontecia sobre a face do globo era marcado por esta polarização. Imediatamente se fazia uma partilha do território – Coreia do Sul e do Norte, Vietnã do Sul e do Norte, etc.

Uma análise como a que Hannah Arendt apresentou em *Sobre a Violência* expressa de forma clara aquela situação. As preocupações que motivaram a elaboração do texto e seus pressupostos conceituais são os seguintes: *Sobre a Violência* tem por objetivo descaracterizar a violência como um recurso válido politicamente. Isto era decisivo no cenário do debate das esquerdas no final dos anos 60, no qual Arendt pretendia assumir uma posição. Apenas para lembrar, participavam daquele debate movimentos como o dos estudantes em 68, dos opositores da guerra no Vietnã, a nova esquerda, os maoístas, os guevaristas e a figura de Sartre destacava-se no ambiente intelectual. O argumento de Hannah Arendt visa definir um conceito de política absolutamente não violento. A caracterização da violência é feita

referindo-se à sua instrumentalidade. Assim, o conceito de poder, chave da determinação do âmbito político, precisa ser necessariamente não-instrumental. A distinção central do texto entre poder e violência funda-se em uma outra, ainda mais fundamental, entre a atividade do fazer/destruir, que sempre envolve alguma forma de violência, de um lado, e a do agir, de outro, que foi tratada nos capítulos centrais da principal obra teórica da autora, *A Condição Humana*.

*Sobre a Violência* indica qual teria sido a novidade da situação da guerra fria. O desenvolvimento da tecnologia militar após 1945 tornou, até certo ponto, impossível a guerra, que perdeu muito de sua eficácia e de seu fascínio. É o que explica a passagem seguinte: “o jogo de xadrez apocalíptico entre as superpotências, quer dizer, entre aqueles que manobram no mais alto plano da nossa civilização, está sendo jogado de acordo com a regra de que “se alguém “vencer” é o fim para ambos; trata-se de um jogo que não apresenta qualquer semelhança com quaisquer jogos de guerra que o precederam. O seu objetivo “racional” é a dissuasão, não a vitória, e a corrida armamentista, que não é mais uma preparação para a guerra, agora só pode ser justificada sob o princípio de que mais e mais dissuasão é a melhor garantia para a paz.”<sup>6</sup> A nova situação foi caracterizada, também, da seguinte forma – a definição tradicional de Clausewitz de que a guerra é a continuação da política por outros meios parece ter-se invertido. A paz é, no contexto da guerra fria, uma continuação da guerra por outros meios. Todas as ações políticas são marcadas pelo princípio da dissuasão.

O que se pode depreender do quadro descrito por Hannah Arendt? Mesmo que *Sobre a Violência* sublinhe a novidade da situação de “um jogo que não tem semelhança com quaisquer outros jogos” e se refira a uma inversão da teoria clássica clausewitziana, o texto dá conta de uma situação em que ainda são mantidos os critérios espaciais com os quais sempre se definiu o cenário das guerras. No caso, isto aparece na divisão entre os dois blocos que se defrontam e que dividem toda a superfície da terra em dois grandes territórios – as zonas de influência. O globo passou agora a ser ocupado em toda a sua extensão pela política da dissuasão e mantém-se dividido por uma fronteira bem demarcada. Naquela altura, os critérios espaciais alcançaram o máximo de abrangência.

Já as análises de Paul Virilio buscam chamar a atenção para um outro

---

6 *Op. cit.*, p.13.

momento da história, a nossa situação contemporânea, em que teria sido abolida toda forma de demarcação territorial do planeta, isto significando o abandono de todo critério espacial.<sup>7</sup> A tese geral de Virilio que está na base da sua avaliação da situação contemporânea é a de que a velocidade da técnica sempre envolveu uma retração do território. Em algumas passagens, Virilio propõe considerar um panorama do desenvolvimento da técnica desde o século XIX, destacando dois momentos. Um primeiro, que correspondeu à revolução dos transportes de massas no século XIX, possibilitou o desenvolvimento do sistema ferroviário, do rodoviário e, mais tarde, da aviação. Virilio descreve o percurso histórico que vai desde a situação em que o porto marítimo era o ponto de partida e de chegada até o século XIX, quando ele foi substituído pela estação ferroviária e, finalmente, no século XX, pelos aeroportos. Cada uma dessas etapas envolveu operações que resultaram em alcançar velocidades cada vez maiores dos meios de transporte. Isto fez com que as distâncias se encurtassem até presenciarmos no século XX uma segunda revolução. Trata-se da revolução das transmissões ou das telecomunicações que ocorreu graças à disponibilização das propriedades de difusão instantânea das ondas eletromagnéticas, no rádio e no vídeo. Atualmente, a instantaneidade alcançada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação envolve uma efetiva superação das distâncias e, portanto, um abandono das referências espaciais. Vivemos em um mundo em que o aeroporto foi substituído pelo teleporto.

Virilio faz em sua história da guerra uma exposição com um sentido parecido. Destacam-se as seguintes etapas do seu desenvolvimento: inicialmente, houve a guerra de destruição em suas várias formas, que teria inspirado a teoria klausewitziana. Em seguida, a guerra teria se desdobrado na guerra de dissuasão, que é, na verdade, uma não-guerra ou uma guerra pura, já que ela se contenta em produzir os meios que não utilizará. A dissuasão é uma relação a dois. Por último, Virilio chama a atenção para a situação atual, em que surge a guerra da comunicação, também chamada de guerra de controle.

O ponto central da análise da situação contemporânea proposta por Virilio é de que uma vez que os dois blocos que ocupavam a cena mundial no período da guerra fria desapareceram, desapareceu também a guerra de

7 *Velocidade e Política*, São Paulo, Estação Liberdade, 1997; *La vitesse de libération*, Paris, Galilée, 1995; *Magazine Littéraire*, 337, nov. 1995.

dissuasão, a não-guerra. O resultado disso é que a guerra tornou-se, na atualidade, novamente possível. Este é o cenário que estamos presenciando. Ocorre que, agora, trata-se de uma guerra diferente. Virilio vinha concentrando sua atenção, até recentemente, no caso da guerra do Golfo, que ele caracterizou como uma nova forma de guerra – a guerra de controle em que as novas armas de controle têm um papel decisivo. Paralisar o inimigo – este teria sido o objetivo dos EUA. Isto só se tornou possível graças à implantação de uma tecnologia da supervisão, que assume o controle do inimigo. A guerra do Golfo, afirma Virilio, faz parte da guerra nas estrelas, mas não no sentido estrito de um ataque de “lasers” aos mísseis, mas por ter posto em operação novos mecanismos de controle perceptivo de todas as ações do inimigo. Sadam Hussein teria sido paralisado pela super-visão. A tese de Virilio pode ser ilustrada pelo depoimento de fontes militares americanas, nos últimos dias, que menciona a presença de tropas em território afegão nos termos seguintes: “Uma missão chave seria a de reconhecimento estratégico, ou seja, vasculhar áreas que não sejam adequadamente cobertas por satélites espões norte-americanos. Para esse tipo de tarefa, soldados com óculos de visão noturna poderiam passar dias observando o movimento em locais que se suspeite que estejam sendo usados como esconderijos. Se as suspeitas fossem confirmadas, eles chamariam outras forças ou marcariam o local como alvo de ataques por equipamentos com mira laser.”<sup>8</sup> (Folha de São Paulo, 29/09/2001).

Virilio também tem comentado, desde 1993 (data do primeiro atentado ao WTC), o surgimento de novos aspectos do terrorismo no período que se seguiu à guerra fria e insistiu neste ponto em entrevista recente. Há algumas semanas, referiu-se à nova situação como sendo de um desequilíbrio do terror, que teria substituído o equilíbrio do terror existente no período da guerra fria.

Porém, o decisivo em todas essas considerações é que elas indicam que a nova guerra surgida neste contexto não é mais uma guerra substancial. Virilio a denomina de guerra acidental. Ele preferiu usar estas designações na descrição do quadro atual pois pretendeu contrastar a situação anterior – que podia ser descrita figurativamente, em que todas as coisas são dotadas de contornos definidos e em que a realidade é como a matéria enformada por uma idéia, tudo isto estando associado à noção de substância –

---

8 *Folha de São Paulo*, 25/09/2001.

com a nova situação em que já não se lida mais com as coisas dispostas espacialmente em um ambiente territorializado. Virilio associa a isto a noção de acidente. Na entrevista mencionada, ele afirma: “Fico assombrado com a futilidade da maioria das análises que fala de guerra ou terrorismo de maneira ultrapassada, localizando-os geograficamente...” Na situação presente não apenas os alvos não podem mais ser definidos. As autoridades americanas já declararam que o ataque ao Afeganistão nos últimos dias, feito em moldes convencionais, não configura o principal da situação de guerra, que deverá se desenvolver por muitos anos. Eles se deram conta, com algum atraso, de que precisam se preparar para uma forma de guerra que não comporta mais o recurso do ataque localizado. É possível que, a partir de agora, tenhamos que conviver com um estado de guerra difuso que não é mais regido por critérios espaciais.

Um segundo aspecto que chama a atenção na situação atual diz respeito ao fato de que a associação, que sempre existiu, entre guerra e violência, de um lado, e inovações tecnológicas, de outro, adquiriu uma nova feição. A nova guerra que se está presenciando não dependeu do desenvolvimento de novas tecnologias mas, antes, de gerenciamento e de “expertise”.

Hannah Arendt apontou em *Sobre a Violência* para a tradicional associação entre a violência e as revoluções na fabricação de instrumentos. Uma vez que a violência, distinta do poder, sempre necessita de implementos, a revolução da tecnologia, uma revolução da fabricação de instrumentos, foi especialmente notada nas guerras. Além disso, é da natureza da ação violenta ser regida pela categoria meio-fim.

O período imediatamente anterior ao nosso foi marcado pela fabricação da bomba atômica. Foi isto que determinou o cenário da guerra fria e que constituiu a novidade da época. A este respeito, Hannah Arendt fez o seguinte comentário: “O desenvolvimento técnico dos implementos da violência alcançou agora o ponto em que nenhum objetivo político poderia presumivelmente corresponder ao seu potencial de destruição, ou justificar seu uso efetivo no conflito armado.” Em função disto, a guerra passou a ser caracterizada como de dissuasão e teria se deslocado para a sua preparação científica.

Virilio parece adotar a mesma posição quando afirma que a história das guerras precisa ser contada como uma história das armas. Ele refere-se,

aqui também, a várias etapas que são primeiramente, a das armas de obstrução, como as muralhas de um castelo; em seguida, a das armas de destruição, que são as armas convencionais; posteriormente, a das armas de dissuasão, que são o arsenal nuclear; por fim, o período atual das armas de comunicação. A situação presente se destaca pelo fato de que quem atacou não desenvolveu uma nova tecnologia para sustentar um novo arsenal militar, mas limitou-se a aperfeiçoar o “know-how” e a “expertise” já existentes. Os combatentes de agora não são militares, mas engenheiros de áreas tecnológicas avançadas e pilotos.

Certamente, tudo isto tem a ver com a alteração dos critérios mencionada por Virílio. O ponto em que os autores concordam é o de que toda guerra depende da criação de implementos, do desenvolvimento da técnica. Ora, como bem sabemos, a técnica sempre se desenvolveu em um contexto espacial. Portanto, instrumentalidade e espacialidade são noções que sempre se encontraram imbricadas. No momento atual, é possível que estejamos testemunhando uma alteração decisiva nesta imbricação. Estamos ingressando em uma fase de uma guerra não-substancial em que, dado que seu cenário não é mais determinado espacialmente, a técnica poderá não ser mais definida a partir dos padrões instrumentais que conhecemos.

## 2.

A leitura do parágrafo 40 de *Ser e Tempo*, de Martin Heidegger, que trata da angústia, feita com o pano de fundo do contexto atual, sugere algumas considerações.

As referências a que Heidegger recorre para a discussão do tema da angústia não vieram da Filosofia, e isto, como se verá, não é casual, mas da Teologia. O pensamento teológico chegou à consideração do assunto por meio da definição do que é o pecado. Deste modo, a angústia ganhou expressão na reflexão de Santo Agostinho, de Lutero, e, sobretudo, de Kierkegaard, em *O Conceito de Angústia*.

Uma das chaves de que Heidegger dispõe para a compreensão da angústia, e que esteve também presente em alguns destes autores, e até em Freud na mesma época, é a distinção entre a angústia e o medo. O medo é descrito como referido a uma situação específica e a algo específico. Tem-se medo de uma coisa determinada e teme-se por uma coisa determinada em nós. O medo diz respeito sempre a algo preciso que nos



ameaça e que vem do mundo. Ao contrário, a angústia é indeterminada. Esta indeterminação diz respeito tanto ao que ameaça, quanto ao que é ameaçado. A angústia consiste em um estado de estranhamento que deriva da perda das referências que servem para nossa orientação no mundo. Estas referências são determinadas espacialmente. Elas também possibilitam a nossa intervenção na realidade, isto é, elas demarcam o âmbito da instrumentalidade. A angústia tanto põe em questão o sentir-se em casa no mundo, quanto inviabiliza toda iniciativa de intervenção na realidade. Para utilizar o termo utilizado por Virilio: na angústia o real perde substancialidade.

Para Heidegger, a centralidade da discussão sobre a angústia está no fato de que nela manifesta-se a perda do mundo. Por esta razão, a angústia põe o homem diante do nada. O nada diz respeito aos entes do mundo em sua totalidade que, nestas circunstâncias, escapam ao homem. O tema do nada, tratado de forma breve em *Ser e Tempo*, foi retomado por Heidegger na conhecida conferência de 1929, “O que é Metafísica?”. Nela, ele indaga a certa altura: será o nada derivado da proposição negativa ou será o juízo negativo dependente do nada?

A resposta de Heidegger a esta pergunta é de que a negação nem deve ser considerada o comportamento nadificador condutor, não devendo portanto ter prioridade na consideração do nada, nem ela detém a exclusividade neste sentido. Existem, com efeito, outros comportamentos ainda mais decisivos nos quais o homem é sacudido pelo nada. Heidegger refere-se à transgressão, à execração, à dor da frustração, à inclemência da proibição e à aspereza da privação. Alguns anos mais tarde, em 1942, em plena guerra, em *O Ser e o Nada*, Sartre acrescentaria a destruição como um dos modos da nadificação.

A angústia não é um sentimento corriqueiro. Na verdade, ela é, mesmo, bastante rara. Na maior parte da vida experimenta-se a tendência a se escapar da angústia em uma fuga para o mundo. O envolvimento na ação e o entreter-se na companhia dos outros no âmbito da publicidade constituem um refúgio contra a angústia. Por este motivo, pode-se afirmar que a tradição filosófica não fez mais que repetir um comportamento usual, pois ela caracterizou a angústia, quando o fez, de uma forma estritamente negativa, como uma negação da alegria, portanto, como algo desprovido de um estatuto próprio. Esta apreciação, na verdade, se fundava em uma dificuldade ainda maior, experimentada desde os gregos, de dar conta da questão do nada. Este foi concebido, ao longo da tradição, como um não-ente, mais

uma vez indicando que a filosofia adotou, desde muito cedo, um conceito de realidade do qual fica excluída toda referência ao negativo.

Depreende-se disto tudo que não dispomos de recursos para tratar conceitualmente do assunto que está interessando. Mas haverá outra saída para a reflexão que não seja a que adote como ponto de partida o reconhecimento da sua própria penúria, que se enraíza no cenário atual da perda de substancialidade e de contornos?

Heidegger arrisca-se em *Ser e Tempo* e na conferência “O que é Metafísica?” a ir além dos limites impostos pela tradição na consideração do nada. Na verdade, ele pretende incorporar o nada no próprio núcleo da filosofia. Em “O que é Metafísica?”, o passo que possibilita ir além da compreensão usual contém a afirmação de que na angústia manifesta-se um retroceder diante de... Tal retroceder diante de... recebe seu impulso inicial do nada. É verdade, um retrocesso se caracteriza, fundamentalmente, por ser um movimento de rejeição. Mas esta rejeição que afasta de si contém, ao mesmo tempo, o sentido da remissão à realidade que em sua totalidade encontra-se em vias de desaparecer. Para Heidegger, esta remissão que rejeita, isto é, que remete a algo que é uma totalidade em fuga, é o modo próprio de o nada assediar o homem na angústia.

Assim, entrevê-se a possibilidade de se considerar o nadificar do nada não como um episódio casual, mas, na medida em que é remissão-que-rejeita o ente em sua totalidade em fuga, como o que “revela a realidade em sua plena, até então oculta, estranheza como o absolutamente outro – em face do nada”.<sup>10</sup> O esforço de Heidegger de resgatar o nada para o centro da problemática filosófica pode ser notada, também, em afirmações que, à primeira vista, soam paradoxais: “somente na clara noite do nada da angústia surge a originária abertura do ente enquanto tal”.<sup>11</sup>

Na angústia dá-se a perda da visão habitual das coisas e se denuncia a precariedade das referências habituais utilizadas para orientar nossa atuação no mundo. Assim, a angústia determina a falência da nossa orientação espacial e a paralisação da ação. Por outro lado, ela constitui a única via pela qual abre-se a possibilidade de transcender o real para poder recuperá-lo pela compreensão. Heidegger afirma que apenas na medida em que, na angústia, nos libertamos dos ídolos “que todos possuímos e onde

10 *Conferências e Escritos Filosóficos*, São Paulo, Nova Cultural, p.41.

11 *Idem*.

costumamos sub-repticiamente nos refugiar”, seremos livres para assumir o nosso caminhar mesmo sem dispor de quaisquer garantias.<sup>12</sup>

A situação contemporânea de uma guerra cujos traços são a perda das referências espaciais e a crise da instrumentalidade mostra que já não podemos contar com os ídolos conhecidos. No entanto, o apelo à volta à rotina, mesmo que ela tenha que incorporar, de agora em diante, um difuso estado de guerra e a perda da liberdade e, mais ainda, o esforço em fixar em uma figura determinada o perfil dos oponentes, árabes versus americanos, o Ocidente versus o Islã, indicam que a marca predominante da atual situação é a da fuga da angústia. A fuga pode se manifestar, também, na reação de vingança que iniciará um processo que não se tem como reverter ou prever. Desta forma, o caminho que teremos que trilhar passará pelo reconhecimento de que já não há como recorrer aos velhos ídolos. Teremos que assumir a angústia como a nossa condição. Isto implica em inação, que poderá constituir o primeiro passo do desarmamento. Alguns anos após a publicação de “Ser e Tempo”, ao refletir sobre a questão da técnica, Heidegger buscou inspiração nas palavras do poeta Hölderlin que contiavam vivas para nós: “Mas aí onde está o perigo, aí também cresce o que salva.”

---

12 *Idem*, p.44.

## **Aos Colaboradores**

- 1 As colaborações para esta revista devem ser enviadas em três cópias para o seguinte endereço:

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
Departamento de Filosofia  
Rua Marquês de São Vicente 225, 1149L  
Gávea  
22453-900 – Rio de Janeiro, RJ

- 2 Os artigos escritos em qualquer versão do *WinWord* poderão ser mandados em disquete (3.5"). Os demais devem ser datilografados ou impressos em espaço duplo, sem uso do verso do papel e, em princípio, devem constar de, no máximo, 30 laudas (de 30 linhas com 70 toques por linha). A editoria se reserva o direito de, excepcionalmente, aceitar trabalhos que excedam esse limite.
- 3 Não há obrigatoriedade de que o artigo não tenha ainda sido publicado. Em caso de prévia publicação da colaboração que nos for enviada, solicitamos que seja citado o nome e data da publicação onde originalmente apareceu, e que haja a devida aceitação de seus editores.
- 4 Artigos em espanhol, francês e inglês serão aceitos.
- 5 Os autores serão informados sobre a aceitação de seus artigos (favor enviar endereço para contato). Essa aceitação, entretanto, não implica necessariamente na publicação no número seguinte ou em algum número determinado da revista. Sendo estritamente acadêmica, a revista [o que nos faz pensar] não tem como critério de publicação a ordem cronológica em que recebe ou aprova artigos.